



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

LEI Nº.1218

DE 22 DE JUNHO DE 1983

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE FUNDO SOCIAL
DE SOLIDARIEDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-
CIAS.

JOSÉ GERALDO BOTION - Prefeito Municipal de Cordeirópolis ,
Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são con-
feridas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou
e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica criado junto ao Gabinete do Prefeito (ou ou-
tra unidade administrativa da Prefeitura Municipal) o Fundo
Social de Solidariedade do Município, com objetivo de mobi-
lização da comunidade para atender às necessidades e proble-
mas sociais locais.

Artigo 2º - O Fundo será dirigido por um Conselho Delibera-
tivo.

Artigo 3º - São atribuições do Conselho Deliberativo:

- I - fazer o levantamento das principais necessidades e -
aspirações da comunidade;
- II - levantar recursos humanos, materiais, financeiros e
outros mobilizáveis na comunidade;
- III - definir e encaminhar soluções possíveis para os pro-
blemas levantados;
- IV - valorizar, estimular e apoiar iniciativas da comuni-
dade voltadas para a solução dos problemas locais;
- V - promover articulações e atuar integradamente com uni-
dades administrativas da Prefeitura Municipal ou ou-
tras entidades públicas ou privadas.

Artigo 4º - O Conselho Deliberativo será composto de nove a
treze membros e presidido pela esposa do Prefeito Municipal,
ou por pessoa de sua livre indicação.

Parágrafo Único - Comporão o Conselho, a convite do Prefeito
representantes da comunidade, entre os quais poderão se in-
cluir:-

continua.....



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

- continuação -

fls. 02 -

- |||
- a) o juiz de Direito da Comarca ou sua esposa ou pessoa por ele designada;
 - b) o Promotor de Justiça da Comarca ou sua esposa ou pessoa por ele designada;
 - c) dois representantes de entidades religiosas;
 - d) dois representantes de entidades sociais ou clubes de - serviço do Município;
 - e) um representante de órgão de Serviço Social do Município, se houver;
 - f) um representante dos empregadores;
 - g) um representante dos empregados;
 - h) um representante de movimentos comunitários;
 - i) representantes dos empregadores e trabalhadores rurais.

Artigo 5º - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo_ será de dois anos, renovável a convite, cumprindo-lhes exer_ cer suas funções até a designação de seus substitutos.

Parágrafo Único - O prefeito poderá substituir, temporaria_ ou definitivamente, os membros impedidos do exercício de - suas funções.

Artigo 6º - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo_ será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

Parágrafo Único - Extingui-se o mandato dos membros do Conse_ lho ao Término da legislatura.

Artigo 7º - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo_ tomar toda as medidas administrativas, financeiras e orça_ mentárias para gestão do Fundo.

Parágrafo Único - A conta bancária do Fundo será movimentada conjuntamente pelo Presidente e por um membro do Conselho De_ liberativo, designado por este para as funções de tesoureiro.

continua.....



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

- continuação -

fls. 03 -

Artigo 8º - O Fundo contará com apoio inicial de
R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), transferidos do Fun
do Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, conforme
deliberação de seu Conselho Deliberativo.

Artigo 9º - Constituirão receitas do Fundo Social de Solida
riedade do Município:

- I - contribuições, donativos e legados de pessoal físi -
cas ou jurídicas de direito privado;
- II - auxílios, subvenções ou contribuições;
- III - outras vinculações de receitas municipais cabíveis;
- IV - receitas auferidas pela aplicação no mercado de capi
tais;
- V - quaisquer outras receitas que lhe possam ser destina
das.

Parágrafo Único - Todos os recursos destinados deverão ser
contabilizados como receita orçamentária municipal e ele a
locados através de dotações consignadas na lei orçamentária
ou de créditos adicionais, obedecendo sua aplicação às nor
mas gerais de direito financeiro.

Artigo 10 - O Conselho Deliberativo emitirá mensalmente um
balancete demonstrativo da receita e da despesa do mês ante
rior.

Artigo 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um
crédito especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de
cruzeiros), para custeio dos encargos iniciais do referido
Fundo, ao elemento da despesa - 3130 - "Serviços de Terceiros
e Encargos".

Parágrafo Único - O crédito autorizado no artigo anterior -
será coberto com o excesso de arrecadação previsto no cor
rente exercício.

continua.....



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

- continuação - Lei nº.1218 - fls. 04 -

Artigo 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 22 de junho de 1983.

JOSÉ GERALDO BOTION
-Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 22 de junho de 1983.

NELSON MORAES ROSSI
- Secretário Administrativo -

- o o o -

|